



DOIS ANOS DO 8/1

# Celebração da vitória sobre o golpismo

Eventos no Planalto, no STF e na Praça dos Três Poderes relembram os ataques extremistas, derrotados pela força das instituições. Presidente Lula descerá rampa para participar do Abraço da Democracia, com presença de apoiadores

» LUANA PATRIOLINO

Página sombria da história do país, a investida extremista de 8 de janeiro de 2023 — o mais violento ataque ao Estado de Direito desde o golpe militar de 1964 — foi derrotada pela força das instituições democráticas. Para lembrar dois anos da vitória sobre o golpismo, haverá uma série de eventos públicos hoje, no Palácio do Planalto e no Supremo Tribunal Federal (STF).

Os eventos começam no Planalto, com a entrega de obras de arte restauradas após os ataques. À tarde, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva descerá a rampa para participar de um ato público, com integrantes dos Três Poderes, semelhante à caminhada feita por ele um dia depois dos atos extremistas que culminaram na depredação dos sedes das instituições democráticas.

No Planalto, Lula fará o relançamento de peças depredadas na invasão. Segundo o governo, são 21 obras de arte e itens históricos. O relógio de Balthazar Martinot, do século 18, voltará depois de dois anos. O primeiro ato do evento foca nesse item, um presente da corte francesa a Dom João VI, completamente destruído e enviado à Suíça para reparação — feita sem custos, de acordo com o governo.

Em seguida, no terceiro andar do prédio — onde fica o gabinete da Presidência da República —, será realizado o desceramento da obra *As mulatas*, de Di Cavalcanti.

A cerimônia, porém, estará desfalçada dos outros chefes de Poderes. O presidente do Congresso Nacional, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), não participará dos atos. Segundo a assessoria, o motivo é uma “viagem ao exterior, programada anteriormente”. O senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB), vice-presidente da Casa, o representará.

Já o presidente da Câmara,

Arthur Lira (PP-AL), faltou ao evento em 2024, realizado no Congresso, e não confirmou presença este ano.

Tampouco devem participar os futuros presidentes da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP).

Pelo Judiciário, o vice-presidente do STF, Edson Fachin, representará o presidente da Corte, **Luís Roberto Barroso**. Já o ministro Alexandre de Moraes confirmou presença. À época dos atos golpistas, ele comandava o Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Visto como inimigo número um do bolsonarismo, o magistrado é o relator do inquérito que investiga o planejamento e a execução dos ataques. Ele deve discursar no evento.

Lula convocou todos os seus 38 ministros para o evento, durante jantar de confraternização no fim do ano. Além disso, chamou os comandantes das Forças Armadas: general Tomás Paiva, do Exército; tenente-brigadeiro do ar Marcelo Kanitz Damasceno, da Aeronáutica; e almirante de esquadra Marcos Sampaio Olsen, da Marinha.

## Embaixadores

Os embaixadores estrangeiros também foram convidados para participar dos atos no Planalto. O objetivo, segundo fontes do governo, é mostrar ao mundo que a democracia brasileira segue forte. Na ocasião dos ataques, o país recebeu apoio de outras nações. Representantes de União Europeia, Estados Unidos, França, Reino Unido, Espanha, entre outros países, condenaram as invasões.

Lula agendou discursos de políticos e um abraço simbólico na Praça dos Três Poderes. Nesse momento da agenda, ele deve se encontrar com os partidos de base e movimentos sociais ligados ao governo, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais

Victor Correia/CB/D.A. Press



Nesta semana, o Palácio do Planalto começou a receber as obras de arte restauradas após os ataques extremistas de 8 de janeiro

## Presenças em 2024

No ano passado, na solenidade em memória de um ano dos ataques golpistas, tanto Barroso quanto Pacheco estavam presentes na cerimônia análoga, no Congresso, chamada “Democracia inabalada”.

Sem Terra (MST) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT), além de militantes e caravanas

organizadas que vieram a Brasília participar do ato.

O STF também terá agenda para relembrar os dois anos dos ataques. A Corte vai promover, às 14h, uma roda de conversa. O ministro Edson Fachin abrirá o encontro, com a participação de servidores e colaboradores que atuaram na limpeza e na reconstrução das instalações depredadas, além da restauração das obras destruídas durante a invasão.

Haverá, ainda, lançamento de obras de arte produzidas com destroços dos itens depredados no Supremo. As peças foram criadas por quatro artistas plásticos de Brasília.

No mesmo dia, a Corte pretende lançar uma página na web de memória, com informações completas, que vão desde os ataques e a destruição do prédio até o processo de reconstrução e a responsabilização daqueles que invadiram e depredaram as instalações do tribunal.

Os suspeitos de ter relação com os atos de 8 de janeiro foram divididos nos quatro grandes grupos, por tipo de envolvimento: executores da invasão e depredação, incitadores, financiadores e autoridades. Até agora, somente os dois primeiros blocos tiveram julgamento e punição.

As condenações dos executores variam entre 15 anos e 17 anos de prisão, enquadrados por associação criminosa armada, dano qualificado, deterioração do patrimônio tombado, abolição violenta do Estado Democrático de Direito e tentativa de golpe de Estado.

Para os acusados de incitação aos atos, as condenações são de um ano de prisão, mas foram substituídas por prestação de serviços comunitários e a presença em um curso sobre democracia.

» Leia mais nas páginas 13 e 14

# Quase 900 réus responsabilizados criminalmente

O gabinete do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), divulgou, ontem, um relatório atualizado sobre os dois anos de investigação dos atos golpistas de 8 de janeiro. Há 61 condenados constando como foragidos com pedido de extradição expedido pela Justiça. Outros 61 aparecem no sistema com pedido de prisão — têm condenação aplicada, mas sem trânsito em julgado.

Até o momento, 898 réus foram responsabilizados criminalmente. Houve 371 prisões e 527 aplicações de penas alternativas, por realizarem acordo de não persecução penal.

O gabinete de Moraes apontou que, atualmente, existem 71 condenados em regime fechado por crimes graves com processo com **trânsito em julgado**, cumprindo a pena. Outros 30 golpistas foram condenados a regime fechado, mas sem trânsito em julgado.

Segundo o documento, as ações penais instauradas correspondem a 1.093 crimes simples e 459 crimes graves. São tentativa de abolição do Estado

## Sem mais recursos

O processo de trânsito em julgado indica que uma decisão judicial se torna definitiva e não pode mais ser contestada por meio de recursos da defesa dos condenados.

Democrático de Direito, golpe de Estado, dano qualificado, associação criminosa armada e deterioração de patrimônio tombado. Os crimes simples são de incitação e associação criminosa.

Nesses dois anos, o Supremo realizou 1.534 audiências de custódia, 1.092 audiências de instrução, 2.379 oitivas de testemunhas de acusação, 1.366 oitivas de testemunhas de defesa, e 1.092 interrogatórios judiciais dos réus.

Conforme o levantamento, os acordos homologados pelo STF já reverteram R\$ 1.791.402,00 aos cofres públicos. Até o momento, 20 pactos foram cumpridos integralmente — réus confessos cumpriram suas penas. Outros 37 acordos ainda estão

Sergio Lima / AFP



Extremistas bolsonaristas nos ataques em frente ao STF: Corte procura condenados foragidos

em fase de tratativas.

No total, a Procuradoria-Geral da República (PGR) apresentou 1.659 denúncias sobre os crimes ligados aos atos

criminosos de 8 de janeiro. Com base nelas, o Supremo tornou réus 1.552 investigados e ainda analisa 107 acusações.

As absolvições foram cinco,

por ausência de provas. Além disso, seis réus morreram durante a tramitação dos processos, e o STF decretou a extinção da punibilidade dos réus. (LP)

898

Réus responsabilizados criminalmente

371

Condenações criminais a penas privativas de liberdade

527

Condenações com aplicação de penas alternativas por terem realizado acordo de não persecução penal